

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ESCRITAS DE SI: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS COM A ALFABETIZAÇÃO

Manaus – Amazonas

2022

DANILO GOMEZ BARBOSA

ESCRITAS DE SI: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS COM A ALFABETIZAÇÃO

Monografia apresentada à Universidade do Estado do Amazonas - UEA como requisito final para obtenção do título de Licenciado (a) em Pedagogia. Sob a orientação do (a) Professor (a). Ma. Natália de Souza Paiva.

Manaus - Amazonas

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

B238ee Barbosa, Danilo Gomez
ESCRITAS DE SI: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS
COM A ALFABETIZAÇÃO / Danilo Gomez Barbosa.
Manaus : [s.n], 2022.
38 f.: color.; 29 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura -
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2022.
Inclui bibliografia
Orientador: Natália de Souza Paiva

1. Alfabetização. 2. Narrativas de si. 3. Estágio
supervisionado. I. Natália de Souza Paiva (Orient.). II.
Universidade do Estado do Amazonas. III. ESCRITAS
DE SI: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS COM A
ALFABETIZAÇÃO

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

FOLHA DE APROVAÇÃO

ESCRITAS DE SI: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS COM A ALFABETIZAÇÃO

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas- UEA.

Aprovada em 26 de Outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Assinatura da Comissão de Avaliação

Nataliana de Souza Paiva

Professora Nataliana de Souza Paiva
Orientadora

Raimundo Sidnei dos Santos Campos

Prof. Dr. Raimundo Sidnei dos Santos Campos
Membro da Banca

Vanessa Cardoso dos S. Souza

Ma. Vanessa Cardoso dos Santos Souza
Membro da Banca

Manaus
2022

RESUMO

Este trabalho como título “Escritas de si: memórias e experiências com a alfabetização”, foi desenvolvido por meio da pesquisa narrativa com o objetivo de rememorar, dialogar e refletir as vivências experienciadas no meu processo de alfabetização na infância e na vida adulta, mais precisamente no Estágio Supervisionado obrigatório no Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Optou-se pela abordagem qualitativa a partir da pesquisa (auto)biográfica da narrativa de si para o processo de formação profissional, destacando as vivências e experiências. Traremos como recorte minhas memórias de infância em conjunto com o material coletado em meu registro do diário de campo do estágio, referencial teórico de legislação e de pesquisadores que norteiam a área da educação, tornando-se possível dialogar sobre as dificuldades que tive para aprender a ler e escrever e as que observei enquanto estagiário de pedagogia na formação de professor. Assim, os resultados apontam para a importância de usar as narrativas na obtenção de novos conhecimentos por meio do processo de reconstrução de experiências já vividas, como também o referencial teórico e o encontro formativo com o estágio para se constituir como professor. Também, é importante ressaltar, a importância do trabalho do professor e da escola, com o apoio da família para que a criança aprenda a ler e escrever, habilidade essa que se faz imprescindível para a vida para interagir e fazer parte do mundo onde as letras são o nosso principal meio de comunicação, forma de registro e chave para lermos livros e tudo que está escrito, devido a sua grande importância, a eficiência da leitura e escrita deve ser instigada a partir da infância.

Palavras-chave: Alfabetização. Narrativas de si. Estágio supervisionado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. ALFABETIZAÇÃO ALGUMAS POLÍTICAS E O QUE OS AUTORES NOS MOSTRAM SOBRE O ASSUNTO.....	8
1.1 O que tenho aprendido sobre alfabetização com os autores.....	8
1.2 Alfabetização nas políticas públicas de educação no Brasil: alguns apontamentos	13
2. AS NARRATIVAS DO MEU PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA INFÂNCIA ÀS VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO EM PEDAGOGIA	18
2.1 Meu processo de alfabetização na infância.....	20
2.2 Vivências e experiências do estágio em pedagogia.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	36

INTRODUÇÃO

É sabido que as crianças se alfabetizam em tempos diferentes, pois cada uma tem uma vivência e modo de aprender singular. Contudo, ainda percebemos que nas turmas de 4º ano, algumas crianças chegam sem saber ler e escrever. Olhando para mim como participante desse processo o qual vivenciei e tive dificuldades para aprender a ler e escrever e por meio da pesquisa narrativa posso aqui neste trabalho discorrer sobre as práticas de alfabetização, sua legislação juntamente com o apoio dos teóricos no assunto para gerar reflexões, aprendizado e tirar conclusões sobre o processo de alfabetização.

Narrado aqui será a temática da alfabetização, pois para ser letrado não é necessariamente obrigado a ser alfabetizado, tendo em vista de que o letramento proporciona interpretação e compreensão da leitura e escrita nas diversas situações em que for necessário, enquanto a alfabetização remete a aquisição da leitura e escrita. (TFOUNI, 1995).

Na infância passamos por vários processos de estudo e discussão, percebe-se que ainda há muito que fazer e refletir no que diz respeito à educação na sociedade. Essas questões levantadas serão apresentadas através da pesquisa narrativa que pode ser entendida como uma sequência singular de eventos, estados mentais, ocorrências envolvendo seres humanos como personagens ou autores. (BRUNER, 2002).

A pesquisa narrativa autobiográfica proporciona ao investigador a coleta de informações sobre um determinado assunto e ou acontecimento pesquisado com o intuito de gerar novos conhecimentos e reflexões. Podendo esse conteúdo ser obtido por meio de vários métodos como: entrevistas, diários, autobiografias, gravação de narrativas orais, narrativas escritas, e notas de campo. (CLANDININ; CONNELLY, 2000).

As narrações centradas na formação ao longo da vida revelam formas e sentidos múltiplos de existencialidade singular-plural, criativa e inventiva do pensar, do agir e do viver junto. Um trabalho transformador de si, ligado à narração das histórias de vida e a partir delas, torna-se indispensável a uma formação. (JOSSO, 2007).

A abordagem autobiográfica como um processo de investigação e formação que provem de suas experiências de vida reelaboradas nos diversos espaços de formação e em diferentes contextos, configurando-se um trabalho em busca do conhecimento das relações de formação dos sujeitos e suas experiências: ter experiência, fazer experiência e pensar a experiência. (JOSSO, 2007).

O processo de construção da identidade profissional durante a formação profissional é um momento complexo e dinâmico no qual o licenciando começa a harmonizar sua própria imagem com a futura carreira de professor.

A identidade profissional é um processo evolutivo, no qual o indivíduo está permanentemente em processo de interpretação e reinterpretação de suas experiências durante todo o processo de formação e atuação profissional, sendo um longo processo para toda a vida. (JOSSO, 2007).

Assim, por meio das narrativas de si, pude retratar e deixar aqui um pouco de minha experiência como aluno de alfabetização que fui um dia, juntamente com o aluno universitário que sou hoje sobre o processo de alfabetização o qual vivenciei no processo formativo de ser professor no curso de Pedagogia da UEA.

Desta forma, este trabalho de conclusão de curso apresentará no primeiro capítulo a alfabetização algumas políticas e o que os autores nos mostram sobre o assunto, com as subseções: o que tenho aprendido sobre alfabetização com os autores e alguns apontamentos sobre as políticas públicas de alfabetização no Brasil, no segundo capítulo as narrativas do meu processo de alfabetização na infância às vivências e experiências do estágio em pedagogia e por fim as considerações finais.

1. ALFABETIZAÇÃO ALGUMAS POLÍTICAS E O QUE OS AUTORES NOS MOSTRAM SOBRE O ASSUNTO

1.1 O que tenho aprendido sobre alfabetização com os autores

A alfabetização é uma das etapas mais importantes do nosso processo de aquisição de conhecimento, por meio dela conseguimos adquirir o código linguístico da nossa sociedade, conhecimento esse que estará presente em toda a nossa vida, usamos as letras, palavras, frases e textos constantemente na interação com os outros seres humanos.

Nossas letras juntamente com nossa capacidade de escrever o conhecimento nos livros foi o fator crucial para transmitirmos informações aos nossos descendentes, sabermos do que aconteceu no Brasil há 500 anos atrás, como era a vida, como era a educação, os costumes, crenças e outros.

Tudo isso só foi possível, pois em algum momento da história o ser humano criou as letras, tornando viável que o conhecimento chegasse até nós. É claro que um processo tão importante quanto à alfabetização ou a inclusão no mundo das letras, não pode ser trabalhado de qualquer maneira e por isso ao longo dos anos, diversos pesquisadores e pensadores estudam a alfabetização visando entender como ela funciona, como aprendemos, quais técnicas e ou abordagens são mais eficientes, a alfabetização é um modelo pronto e acabado? O que fazer quando o método não funciona? Como a criança aprende? Diante dessas questões será discorrido aqui algumas das possíveis respostas a essas indagações, segundo o referencial teórico de alguns autores que dedicaram grande parte de suas vidas nesse assunto.

Em resposta ao questionamento de como a criança aprende? Antes de se falar em alfabetização é necessário falar sobre aprendizagem, capacidade essa que nos diferencia dos demais seres vivos do planeta, nascemos com essa habilidade de observar, copiar, repetir, criar e outras, antes de entrarmos na escola já aprendemos várias coisas como andar, falar, cantar, desenhar, estamos aprendendo o tempo todo e nas falas de dois autores famosos, Piaget e Vygotsky são construídas teorias de como a aprendizagem acontece.

Para Piaget (1986) a criança se relaciona com o mundo e o elabora por meio dos seus sentidos que vão absorvendo as informações ao seu redor e as internalizando em seu pensamento, na medida em que sua capacidade cognitiva se desenvolve, ou seja, o raciocínio, memória, percepção, está criança vai coletando e construindo sua bagagem de conhecimento.

Para Vygotsky (1984) o aprendizado de um modo geral ocorre na interação social com outros indivíduos, a aprendizagem é uma experiência social e não ocorre naturalmente na

criança, é no movimento interativo, assumindo ou recusando a palavra do outro, que a criança organiza e transforma seus processos de elaboração do significado das palavras, o desenvolvimento da elaboração conceitual da palavra não é resultado de um processo individual e estritamente intelectual. Ele é resultado da prática social da criança com outras pessoas e nas diferentes instituições.

Sabendo agora como ocorre nosso aprendizado, podemos entrar no processo educativo de aquisição da leitura e escrita que está presente no nosso país há muito tempo, a educação formal brasileira por assim dizer, começou na época dos jesuítas e do período colonial, período esse no qual houve uma imposição do modelo educacional Europeu no Brasil, o método alfabético sintético foi muito utilizado incentivando a implementação da leitura e escrita no nosso território. Foi fundamental o uso das cartilhas para a disseminação dos diferentes conteúdos propostos ao longo do tempo. Serviram para delimitar o que deveria ser ensinado, mas esse método foi se tornando ineficiente fazendo assim necessário mesclar métodos de ensino, pois nesse processo era retirado do aluno o seu protagonismo, sendo um receptor e repetidor do que lhe era pedido.

As cartilhas são implacáveis com relação a quem não entra no esquema e, por isso, não têm nenhuma sugestão para o professor aproveitar quando a evidência dos fatos da vida mostra claramente que o método não funcionou. A única saída é repetir tudo de novo, da mesma maneira, remanejar a criança para uma classe de alunos com dificuldades de aprendizagem. (CAGLIARI, 1998).

Segundo ainda Cagliari (1998), a maneira como as cartilhas lidam com a fala e a escrita confunde as crianças uma vez que passa a ideia de que a linguagem é o agrupamento de tijolos representados pelas sílabas e palavras. As cartilhas simplificam a linguagem, ficando apenas com o que há de mais ralo e superficial.

O autor Cagliari (1998) conceitua que o melhor método para um professor, deve vir de sua experiência e deve ser inspirado em seus conhecimentos e experiências da matéria que ministra. Fazendo uso de sua bagagem educacional para em conjunto com os alunos estabelecer métodos e estratégias eficazes.

Ao longo da história diferentes métodos pedagógicos foram utilizados para o ensino de leitura e escrita, buscando encontrar o que seria o mais eficiente para combater o baixo desempenho das escolas brasileiras. Os métodos de alfabetização mais utilizados no Brasil são os métodos sintéticos e analíticos.

De acordo com Mortatti (2000), o método sintético da aprendizagem da leitura e da escrita se baseava em uma questão mecânica, tratava-se de adquirir uma técnica para

meramente decifrar o texto. Os métodos sintéticos são os métodos que prevê o início da aprendizagem a partir das letras, fonemas ou sílabas, que por meio de diversas junções, estimula os alunos a lerem as palavras, frases e textos. Com ponto de partida nas unidades menores (letras, fonemas ou sílabas) para passar a analisar unidades maiores (palavras, frases, textos).

Os métodos analíticos estabelecem um ensino que parte das unidades significativas da linguagem, por meio das palavras, frases ou pequenos textos, para depois conduzir análise das partes menores que as constituem fazendo uma decomposição das letras e sílabas.

Partindo do geral para se chegar ao ponto específico, o educador expõe ao aluno o vasto mundo das letras já formadas e com seu respectivo significado para que a criança possa conhecer e aprender a associar determinada palavra a um determinado objeto. Considerando o pressuposto de que a criança já conhece as palavras previamente de forma falada, antes de entrar na escola, pois as escuta no seu dia a dia.

Segundo Braslavsky (1971) os métodos de leitura dividem-se em dois grupos: os sintéticos, que partem da leitura dos elementos gráficos (o alfabético, o fônico, o silábico) à leitura da totalidade da palavra, e os analíticos, que iniciam da leitura da palavra, da frase ou do conto, para chegar ao reconhecimento de seus elementos: a sílaba ou a letra.

Os métodos sintéticos partem do pressuposto de que a língua portuguesa é fonética e silábica, de modo que a dedução é a melhor maneira de dominar a leitura e escrita. Dependendo do ponto de partida, da unidade linguística analisada, os métodos sintéticos podem classificar-se em: Alfabético, que parte dos nomes das letras; Fônico, que parte dos sons correspondentes às letras; e Silábico, partindo das sílabas.

Nos métodos analíticos, a análise do todo precede à análise das partes e à síntese, o ensino da leitura deve se iniciar com porções de sentido, que partem de um todo, para depois se proceder à análise de suas partes constitutivas. Segundo Mortatti (2006) um conjunto de frases relacionadas entre si por meio de conexões lógicas de sentido.

Os métodos de alfabetização sintéticos e analíticos se assemelham quanto a fazer compreender a criança que existe certa correspondência entre os sinais da língua escrita e os sons da língua falada. Eles se diferenciam, todavia, porque, um desses métodos começa pelo estudo dos sinais ou pelos sons elementares; e o outro, pelo contrário, busca obter o mesmo resultado, colocando de repente a criança em face da língua escrita. (BRASLAVSKY, 1971).

Nós como futuros professores devemos estar atentos a esses processos, sejam sintéticos ou analíticos, sobre como nossas crianças recebem essas informações do mundo das letras, observar seus medos, seus receios, seu contexto social e não o tratar como uma esponja

que consegue absorver várias coisas a sua volta, exigindo muito de sua capacidade de memorização.

Diante disso, se faz necessário iniciar esse processo de alfabetização considerando o sujeito, colocar o aluno como protagonista e não como mero receptor e repetidor, dificilmente os métodos citados levam em consideração a bagagem de conhecimentos adquiridos pela criança.

Estudos de Ferreiro (1996) têm demonstrado que a criança tem conhecimentos e concepções acerca da escrita antes de ingressar na escola, adquiridos em seus contatos diários com o mundo da escrita. Pode-se observar também, nas análises dessas abordagens, que há uma desconsideração de que os alunos podem pensar e questionar os métodos aos quais estão sendo participantes, analisar o sistema da língua escrita e usar diferentes caminhos no seu processo de descoberta e aprendizado. (FERREIRO e TEBEROSKY, 1986).

Ainda nas palavras de Ferreiro (1998) a alfabetização ocorre em um ambiente social, mas as práticas não são recebidas tão passivamente pelas crianças. Podemos entender a importância de considerar a criança como sujeito protagonista em seu processo de aprendizagem.

O professor precisa estar aberto para aprender e ensinar, se enxergar como sujeito inacabado, adotando postura passiva, considerando o olhar da criança. Ferrero e Teberosky (1999) explicam que a aprendizagem da criança passa por níveis diferentes de estruturação do pensamento. Para as autoras, a criança passa por etapas até conseguir ter domínio da leitura e escrita, relatando ainda que a passagem de um nível para outro depende do incentivo externo, podendo ser a escola, professores, amigos e família. Os níveis de escrita segundo a psicogênese da língua escrita são os seguintes: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético.

No nível pré-silábico a criança não estabelece relação entre a escrita e a fala, ela exerce sua escrita por meio de desenhos, rabiscos e letras sem associação de fato com o objeto. Em sua compreensão são necessárias muitas letras para representar um objeto grande e poucas letras para um objeto ou coisa pequena, utilizando um critério quantitativo.

No nível silábico a criança já começa a ter consciência de que existe uma relação entre a fala e escrita, entre os aspectos gráficos e sonoros das palavras, para cada sílaba pronunciada o indivíduo escreve uma vogal e consoante.

No nível silábico-alfabético ocorre uma escrita quase alfabética, a criança percebe que a sílaba tem duas letras e conseqüentemente que existem sílabas com mais de duas letras, é frequente a presença de erros ao separar palavras quando escreve frases ou textos. Nesse nível

é comum a prática de escrever engolindo letras, pois ainda não separa sílabas que ao falar tem o som parecido com algumas outras letras, como o caso de CE e C.

No nível alfabético o aluno já domina a relação existente entre letra, sílaba, som e as regularidades da língua. Faz relação sonora das palavras, escreve do jeito que fala, oculta letras quando mistura a hipótese alfabética e silábica, problemas ortográficos.

A identificação por parte do professor desses níveis é essencial para se conduzir uma boa experiência de alfabetização para as crianças, pois o reconhecimento da realidade de seu aluno vai proporcionar um diagnóstico e ação mais rápida. Nesse processo devemos considerar que as crianças são perfeitamente capazes de alcançar seus objetivos, evitando assim dar as respostas de imediato a eles, os fazendo questionar, pensar e repensar para assim construir pouco a pouco seu conhecimento.

A criança deve ter liberdade para interagir com seus colegas e com seu professor, para trocar pontos de vistas, expor sua opinião, tomando decisões próprias com a devida mediação do educador que fará o papel de ponte entre o conhecimento e o aluno. Visando a transformação de processos de alfabetização, considerar importante a relação entre professor/aluno, a relação empática com a turma, juntamente com a mente aberta para ouvir, refletir, discutir sobre a compreensão dos mesmos e a maneira de chegar a esse aluno.

Os alunos precisam estar constantemente dialogando, expondo suas dúvidas para auxiliar o professor no método mais produtivo e que tenha maior relação com o seu meio social no qual faz parte. A aproximação dos conhecimentos das crianças aos saberes escolares se relaciona com um processo de ensino que pode gerar uma aprendizagem real, a superação da lógica do ensino transmissivo precisa ser superada. (GÓMEZ, 2000).

O trabalho docente nunca é unidirecional, com a participação amistosa dos alunos é possível perceber como eles estão aceitando o ensino proposto pelo professor. O ato de ouvir, dar atenção, dialogar, questionar são atitudes docentes que colaboram com processos de construção do conhecimento pelas próprias crianças. (LIBÂNEO, 1994).

Na voz de Paulo Freire ensinar não é somente transferir conhecimento, mas criar as possibilidades ao outro para a sua própria construção. Devendo entrar na sala de aula aberto a participação dos alunos, por meio de seus questionamentos e posicionamentos. Aluno e professor participam conjuntamente do processo de ensino-aprendizagem. (FREIRE, 1996).

A leitura deve ser estimulada por todos, em especial na sala de aula, como destaca Cagliari (1998), considerando a leitura como uma atividade mais importante que passa a ser a âncora para as demais desenvolvidas na escola.

Muitos autores, diante do contexto social, passaram a desenvolver pesquisas que auxiliam essa prática em sala de aula. A escola é por um bom tempo na vida do ser humano o segundo lar e a segunda família. Sendo perfeitamente normal que os pais tenham contato frequente com professores, já que desta união quem ganha certamente é a criança que será motivada a adquirir mais conhecimento, tanto em casa como no ambiente escolar.

Motivações que precisam ser para qualquer momento propício à leitura (SOUZA, 2015). Tendo o professor o papel de despertar o interesse dos alunos a essa prática em sala de aula e fora dela.

Nos dias atuais, a escola passou a ser espaço de maior estímulo à leitura e formação de leitores, pois, mesmo diante de suas barreiras, ainda é o lugar de total aprendizado da leitura. Portanto, a escuta das crianças sobre como elas percebem seu processo de alfabetização nos leva a refletir sobre esse processo e enquanto docentes, nos faz repensar o fazer pedagógico. Como veremos em alguns apontamentos sobre as políticas públicas de alfabetização a seguir.

1.2 Alfabetização nas políticas públicas de educação no Brasil: alguns apontamentos

Desde o nosso contato com o povo Europeu, tivemos um longo processo de alfabetização, começando com o ensino religioso imposto pelos jesuítas ao povo indígena até chegarmos à escola que conhecemos hoje. A educação por muito tempo foi privilégio de uma minoria que tinha o recurso e controle do capital ou os meios de produção, deixando para uma grande maioria uma educação bastante limitada, com pouco recurso financeiro e até descaso de nossos representantes políticos.

Avançando para os anos 90, momento esse em que eu estava em processo de alfabetização, nossa legislação passou por muitas mudanças no quesito educacional até chegarmos aos dias atuais. Discorrerei aqui sobre algumas das legislações criadas nessa época. No Brasil estava começando o Neoliberalismo que pode ser traduzido como uma privatização do ensino, o estado estava terceirizando a educação a instituições não governamentais. No ano de 1990 a 1992 no governo de Collor de Melo, iniciou-se um período de reajustes da nação brasileira e o mercado passou a regular os direitos dos cidadãos a saúde, a educação, a cultura e outros. (SILVA; MACHADO, 1998).

As políticas educacionais nesse governo são marcadas por forte clientelismo, privatização e enfoques fragmentados (VELLOSO, 1992). O governo Collor detinha uma assessoria formada por políticos conservadores, inclusive no Ministério da Educação e

Cultura (MEC), caracterizando, em matéria de política educacional, um período impregnado de muito discurso e pouca ação. (ARELARO, 2000; FRANÇA, 2005).

Algumas das intenções desse governo para o setor educacional foram expressas nos seguintes documentos: O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC (1990), O Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação (1991- 1995) e Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional (1991). Através do PNAC, o MEC abre as portas para a participação da sociedade em favor da alfabetização de crianças, jovens e adultos com intuito de reduzir em 70% o número de analfabetos no país nos cinco anos seguintes. (PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001; MACHADO, 2008).

A partir de 1995, assume o governo federal Fernando Henrique Cardoso, nesse mandato, os eixos da política educacional permearam o estabelecimento de um mecanismo objetivo e universalista de arrecadação e repasse de recursos mínimos para as escolas.

Contribuíram para a consolidação da divisão de responsabilidades entre as instâncias de governo, incentivando as parcerias com as instituições não governamentais, empresas privadas e comunidade. Em decorrência dessas parcerias o estado passou a ter menor participação na educação.

Incentivando o aumento de instituições particulares ofertando o ensino escolar, ficando o estado com o papel de atender aos menos favorecidos lhes oferecendo uma educação que a princípio seria de qualidade, mas na prática nossas crianças dificilmente conseguem concorrer em nível de conhecimento formal com aquelas de escola particular em função do ensino básico e superficial que recebem por parte do nosso país de forma gratuita.

Em 1996 foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) que estabeleceu dois níveis de ensino, sendo eles a educação básica e a educação superior. A educação básica passou a ser dividida três etapas, sendo elas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Destacando assim a importância da educação escolar nas diferentes fases do desenvolvimento da vida do aluno, abrangendo o atendimento escolar na fase da infância até a adolescência. Na educação infantil a lei prevê o atendimento gratuito em creches e pré-escolas para crianças até os seis anos de idade. Depois alterado para oferta de vaga em escola pública de educação infantil a partir dos quatro anos de idade.

Entrando agora nos anos 2000, tivemos a Lei nº 11.114 de 16 de maio de 2005, evidenciando o dever dos pais ou responsáveis de efetuar a matrícula das crianças no ensino fundamental a partir dos seis anos de idade e não mais a partir dos sete anos. Dessa maneira,

se antecipou a matrícula no ensino fundamental, aumentando de 8 para 9 anos o período de permanência do aluno na escola.

Mais para frente no tempo os sistemas de ensino passaram a adotar a gestão democrática do ensino público na educação básica, tendo assim a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola, abrangendo também a comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Em 2007 foi publicada a portaria normativa nº 10 na data de 24 de abril de 2007, o ministro de estado da educação no uso das atribuições que lhe confere estabelece uma avaliação diagnóstica, transcrevendo a baixo dois de seus artigos:

Art. 1º Fica instituída a Avaliação de Alfabetização "Provinha Brasil", a ser estruturada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais "Anísio Teixeira" - INEP, de acordo com as disposições estabelecidas nesta Portaria.

Art. 2º A Avaliação de Alfabetização "Provinha Brasil" tem por objetivo:

a) avaliar o nível de alfabetização dos educandos nos anos iniciais do ensino fundamental; b) oferecer às redes de ensino um resultado da qualidade do ensino, prevenindo o diagnóstico tardio das dificuldades de aprendizagem; e c) concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional.

A Provinha Brasil é aplicada aos alunos matriculados no segundo ano do ensino fundamental. Tendo o objetivo de prover aos professores e gestores escolares informações para que se possa acompanhar, avaliar e melhorar a qualidade da alfabetização e do letramento inicial oferecido às crianças.

Com as informações coletadas pela avaliação, os professores têm condições de identificar as habilidades e dificuldades dos alunos e intervir positivamente no processo de alfabetização, para que todas as crianças saibam ler e escrever até os oito anos de idade, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

A Lei nº 11.645 de 2008 incluiu também no currículo o estudo da história dos povos indígenas e de sua presença na história do Brasil. Contribuindo para a inclusão, conhecimento e valorização da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira.

Em 2013 foi aprovada a lei nº 12.801 de 24 de abril de 2013, que estabelece o apoio da união aos entes federados no âmbito do pacto nacional pela alfabetização na idade certa (PNAIC), com o intuito de diminuir os índices de analfabetismo no país e um compromisso formal para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao fim do terceiro ano do ensino fundamental.

Promovendo uma articulação entre todos os secretariados estaduais e municipais de educação, com o objetivo de ofertar cursos de formação continuada a professores alfabetizadores, com tutoria permanente e auxílio de orientadores de estudo.

Em 2014 foi aprovada a lei N° 13.005 que estabelece as diretrizes para o plano nacional de educação com vigência de 10 anos, trazendo metas a serem cumpridas em todo o país, dentre suas diretrizes podemos citar: Erradicação do analfabetismo; Universalização do atendimento escolar; Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; Melhoria da qualidade da educação; Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; Valorização dos profissionais da educação e a Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Estabelecido pelo artigo 11 dessa legislação os indicadores de rendimento escolar por meio de exames avaliam o desempenho dos alunos periodicamente nas escolas, com a finalidade de quantificar e monitorar o nível de conhecimento deles e ao mesmo tempo avaliar a escola e os profissionais que ali trabalham, fato este que acaba de certa forma desviando a atenção das práticas de aprendizagem gerais para estimular nos estudantes um conhecimento específico para adquirir uma nota satisfatória naquela determinada avaliação.

No ano de 2017, por meio da resolução CNE/CP nº 2 de 22 de dezembro de 2017, foi instituída a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trazendo normas e conteúdos a serem aplicados ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, com intuito de estabelecer um ensino comum a todo o território brasileiro.

Ela se torna referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, abrangendo à formação de professores, avaliação e a elaboração de conteúdos educacionais.

A BNCC tem como objetivo a unificação das políticas educacionais, aproximando as três esferas de governo e norteando os caminhos para uma educação de qualidade a todo o Brasil.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define que a alfabetização das crianças deverá ocorrer até o segundo ano do ensino fundamental, com o objetivo de garantir o direito fundamental de aprender a ler e escrever. Muito se tem que pensar, sobre isso, pois ao longo da história da alfabetização a leitura e a escrita foram objetos de controle dos grupos dominantes.

Atualmente recebemos um pouco mais de atenção no processo de alfabetização por meio do Decreto nº 9.765 de 11 de abril de 2019, com a política nacional de alfabetização (PNA), conduzida pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Alfabetização (SEALF).

Destacando o trabalho colaborativo de famílias, professores, escolas, redes de ensino e poder público para tentar elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro, bem como criar alternativas de ensino para melhor atingir ao público discente.

2. AS NARRATIVAS DO MEU PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA INFÂNCIA ÀS VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO EM PEDAGOGIA

Neste capítulo será primeiramente destacado sobre a pesquisa (auto)bibliográfica a partir de narrativas de si e a formação do professor, para que fique entendida uma história é necessária a descrever, tendo assim a narrativa característica que consisti em contar de forma ordenada e cronológica eventos e momentos da vida do pesquisador em questão que estão em análise reflexiva.

A pesquisa narrativa (auto)bibliográfica ao longo dos últimos anos adquiriu grande espaço no campo de estudos e de trabalhos acadêmicos, por meio dela vários professores expressam suas experiências a fim de ressignificar o já aprendido com o contexto atual pessoal em que se encontram hoje. Somos a narrativa aberta e contingente da história de nossas vidas, a história de quem somos em relação ao que nos acontece. (LARROSA, 2002).

As narrativas de si podem ser entendidas como o ato de olhar para dentro de si mesmo, seu íntimo pessoal, é mais do que se olhar no espelho, pois a nossa imagem no espelho pode ser moldada conforme nosso gosto, mas quando olhamos para dentro de nós, podemos encontrar coisas da nossa vida que gostamos e que não gostamos, acontecimentos bons e ruins, coisas que gostamos de lembrar e coisas que gostaríamos de esquecer, mas que são partes importantes da pessoa que somos hoje.

Ao narrar uma história de vida como material de pesquisa acadêmico é necessário se atentar a verdade dos acontecimentos, se preocupar com qualidade do conteúdo que será produzido e se ele tem relevância no contexto educacional.

Segundo Alarcão (2004) o ato de narrar subjaz uma atitude e uma capacidade de observar e de interpretar fenômenos e acontecimentos inseridos nos contextos da sua ocorrência e nas suas relações espaciais e temporais, já que as narrativas reportam a acontecimentos, descrevem os contextos de ocorrência, combinam, articulam e associam elementos que entrelaçam em função de fio condutor que lhe atribui coerência.

Ao mesmo tempo em que narro também reflito, causando mudança no ser que sou agora, pois o ser humano está em constante processo de aprendizagem, acredito que ao narrar um momento da minha vida estou aprendendo mais sobre mim do que propriamente deixando algum conhecimento. A narrativa quebra o modo linear espaço-temporal de significar trajetórias e vivências, desde que o trabalho da memória resgata a história, entrelaçando passado, presente e futuro no agora. (PÉREZ, 2003).

Por meio da narrativa, as pessoas recordam de fatos ocorridos, os selecionam, os escalonam em uma sequência e vislumbram os relacionamentos de toda a ordem de acontecimentos que constroem a vida individual e social. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

Moita (1995) considera a pesquisa autobiográfica a metodologia com potencialidades de diálogo entre o individual e o sociocultural, já que coloca em evidência o modo como cada pessoa mobiliza seus conhecimentos, os seus valores, as suas energias, para ir dando forma à sua identidade, num diálogo com os seus contextos.

Na pesquisa narrativa autobiográfica tenho a oportunidade de acessar memórias há muito tempo esquecidas, sou convidado a lembrar dos momentos da minha vida e em especial aqui o processo de alfabetização que preferiria que não tivesse acontecido, mas que se faz necessário aqui para confrontar com os conhecimentos de professor em formação que tenho hoje e obter algum aprendizado positivo disso tudo, entender o que não funcionou na minha alfabetização e quando adentrar em uma sala de aula, como professor possa de alguma forma transmitir conhecimento de uma maneira melhor da que recebi.

Para Gadamer (1997) a formação consiste numa elevação do ser singular, que se desprende de si para alcançar a consciência histórica, para manter-se aberto ao diferente, a outros pontos de vista.

Nada me deixaria mais feliz do que ter conseguido fazer com que alguns de meus leitores ou leitoras reconheçam suas experiências, suas dificuldades, suas interrogações, seus sofrimentos etc., nos meus e que eles tirem dessa identificação realista, que é totalmente o oposto de uma projeção exaltada, modos de fazer e de viver um pouquinho melhor o que eles vivem e o que eles fazem. (BOURDIEU, 2004).

A reflexão biográfica e as situações de interação no grupo reflexivo têm se apresentado como espaços-tempos geradores de aprendizagens que partem da vida, do saber da experiência vivida, e retornam sobre si mesmo como um novo alento para a vida. Elas são suficientemente distantes das práticas usuais de formação, para oferecerem oportunidades de tomada de consciência, potencializarem aberturas, interrogações e transformações.

Vygotsky (1984) alinhava-se a esse ponto de vista quando afirmava que “quanto mais formos capazes de dar conta a nós mesmos e aos outros da experiência vivida, mais ela é vivida conscientemente”.

A história de vida é, assim, uma mediação do conhecimento de si em sua existencialidade, que oferece à reflexão de seu autor oportunidades de tomada de consciência

sobre diferentes registros de expressão e de representações de si, assim como sobre as dinâmicas que orientam sua formação. (JOSSO, 2007).

Após a explanação sobre o método de pesquisa, os convido por meio desta a conhecer um pouco sobre a minha experiência como aluno em processo de alfabetização que fui um dia com o aprendizado adquirido como professor em formação, fazendo uma reflexão e adquirindo novas experiências por meio da viagem narrativa as minhas memórias da infância em contraste com o adulto que sou hoje e quais aprendizados isso me proporcionara para o meu eu de amanhã.

2.1 Meu processo de alfabetização na infância

Será narrado aqui será a minha história, meu nome é Danilo Gomez Barbosa, nascido no ano de 1991, filho primogênito e com um irmão caçula, ambos os filhos de Maria Aparecida da Silva Gomez (mãe solteira), que precisava trabalhar o dia inteiro para trazer o sustento para nossa casa, a limitação que a pobreza proporciona como comprar comida, livros, roupas e outros era uma constante visita em nossa casa.

Meus pais se separaram quando eu tinha quatro anos de idade e minha mãe estava grávida, carregando na barriga meu irmão, nosso pai não nos ajudava financeiramente, ficando toda a responsabilidade e peso de criar sozinha dois meninos para ela, por passar muito tempo trabalhando para trazer o sustento para dentro de casa, não sobrava tempo para nos auxiliar na nossa educação escolar, ficando nas mãos da escola a responsabilidade do nosso aprendizado formal.

Éramos muito dependentes da escola, realidade essa comum a muitos Brasileiros em famílias que não possuem a figura de um dos pais, no ano de 1998 período esse em que eu era aluno em escola de alfabetização, senti muita dificuldade no processo de aprendizagem da leitura e escrita.

Na idade de seis anos fui matriculado em uma escola particular que ficava próxima a minha casa no bairro Mutirão, situada na zona leste da cidade de Manaus, ano em que já vigorava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) dividindo a educação básica em três níveis: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio de forma gratuita, porém na prática era difícil encontrar escolas públicas ofertando, recorrendo assim para uma instituição particular.

Nessa escola na época havia 4 ou 5 turmas para as crianças terem suas aulas, com média de 10 a 15 crianças por professora. A coordenação pedia a minha mãe muitos materiais

didáticos como papel almaço, lápis de cor, cola, cartilha e outros, na medida do possível ela sempre se esforçou para prover esses materiais e ao mesmo tempo pagar a mensalidade da escola que era uma instituição privada.

No período em que estudei nesse estabelecimento, reflito agora que eles tinham uma metodologia bastante mecânica no processo de repetição. No dia a dia desenhava as letras várias vezes por meio da cartilha e como aquele era o meu primeiro contato com a escola, sentia muita dificuldade de me concentrar para fazer o que era solicitado e tirar algum significado daquilo, fazia somente por fazer. A alfabetização ocorre em um ambiente social, mas as práticas não são recebidas tão passivamente pelas crianças. (FERREIRO, 1996).

As cartilhas são implacáveis com relação a quem não entra no esquema e, por isso, não têm nenhuma sugestão para o professor aproveitar quando a evidência dos fatos da vida mostra claramente que o método não funcionou. A única saída é repetir tudo de novo, da mesma maneira, remanejar a criança para uma classe de alunos com dificuldades de aprendizagem. (CAGLIARI, 1998).

Eu contornava as letras e as reproduzia conforme mostra a imagem da cartilha abaixo, atividade essa característica do método sintético que estabelece uma correspondência entre o som e o escrito, aprendido esse feito letra por letra, ou sílaba por sílaba e palavra por palavra. Segundo Mortatti (2000), o método sintético da aprendizagem da leitura e da escrita se baseava em uma questão mecânica, tratava-se de adquirir uma técnica para meramente decifrar o texto.

A	B	C	D	E
F	G	H	I	J
K	L	M	N	O
P	Q	R	S	T
U	V	W	X	Y


Mistura de Alegria



dado

da	de	di	do	du
Da	De	Di	Do	Du

dado	dia	dói	Edu
data	devo	doeu	Dadá
dedo	devia	doía	Didi

da de di do du

Da De Di Do Du

dado data dedo dia

devo doí Dadá Didi



— Didi, dê o dado.
— O dado é do Edu.

www.misturadealegria.blogspot.com.br Adiléa

Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/654851602041999255/>

Para mim não fazia sentido e não conseguia estabelecer uma conexão entre as letras que tinha obrigação de contornar com o objeto falado, apesar da exaustiva repetição eu não conseguia associar o que estava escrevendo com a figura que era mostrada, quando me mostravam a figura de um dado e pediam para escrever as letras que dão som a essa figura, facilmente me perdia com tantas letras e diversos objetos que eram representados por outras letras e sons específicos, com o passar do tempo comecei a rejeitar da minha maneira essa metodologia.

Segundo Cagliari (1998), o modo como as cartilhas apresenta a fala e a escrita confunde as crianças uma vez que passa a ideia de que a linguagem é o agrupamento de tijolos representados pelas sílabas e palavras. As cartilhas simplificam a linguagem, ficando apenas com o que há de mais ralo e superficial.

Eu já tinha um certo medo de retornar à escola, para o ambiente onde eu não conseguia aprender e era constantemente cobrado, como as outras crianças conseguiam desenvolver as atividades e aprendizado das letras, a mim era atribuído o título de fracassado, de burro e de preguiçoso.

A construção do conhecimento da leitura e da escrita tem uma lógica individual, embora aberta a interação social, na escola ou fora dela. No processo, a criança passa por etapas, com avanços e recuos, até se apossar do código linguístico e dominá-lo. O tempo necessário para o aluno transpor cada uma das etapas é muito variável. Duas das consequências mais importantes do construtivismo para a prática de sala de aula são respeitar a evolução de cada criança e compreender que um desempenho mais vagaroso não significa que ela seja menos inteligente ou dedicada do que as demais. (NOVA ESCOLA, 2015).

A professora já estava de certa forma irritada comigo, se indagando porque eu não conseguia aprender e como não houve maior reflexão sobre os motivos a culpa era minha, uma criança de seis anos, minha mãe tinha que vim constantemente na escola para assinar advertências que eu recebia por causa do meu não aprendizado e resistência em fazer o que a professora pedia.

Ser taxado como a pessoa que não aprende, o preguiçoso e até burro era bem ruim, me incomodava e me frustrava muito, era muito estressante a persistência e cobrança que a escola exercia sobre mim, mas fazer a minha mãe às vezes ter que sair do seu trabalho para ir à escola assinar advertências e até mesmo me levar pra casa antes da aula terminar, me doía mais que tudo, pois apesar de não compreender naquela época como consigo fazer agora adulto, eu observava todo o esforço e sacrifício que ela fazia para nos sustentar sem receber

nenhum tipo de apoio. Essas lembranças ainda que ruins, vejo agora como parte essencial para o meu processo de formação enquanto pessoa e profissional da educação.

A concepção experiencial da formação de si em todas as suas facetas, dimensões, registros tem, certamente, articulações importantes com o conceito tradicional de identidade, mas ela nos parece muito mais rica que ele porque completa as categorias tradicionais das ciências do humano, dando lugar às vivências refletidas e conscientizadas, integrando assim as dimensões de nosso ser no mundo, nossos registros de expressões, nossas competências genéricas transversais e nossas posições existenciais. (JOSSO, 2007).

Ainda nas falas de Josso (2007), a identidade profissional é um processo evolutivo, no qual o indivíduo está permanentemente em processo de interpretação e reinterpretação de suas experiências durante todo o processo de formação e atuação profissional, sendo um longo processo para toda a vida.

Olhando agora como aluno acadêmico consigo descrever a metodologia que era aplicada, que se denomina método sintético, que pode ser classificado em três modelos: 1) Alfabético, o aluno aprende inicialmente as letras para depois formar as sílabas juntando as consoantes com as vogais e posteriormente compor um texto. 2) Fônico, aprendem-se parte do som das letras, unindo o som da consoante e vogal para pronunciar a sílaba que esta sendo formada. 3) Silábico, o aluno aprende primeiro as sílabas para depois identificar as letras.

Neste método a aprendizagem ocorre por meio uma leitura mecânica, através da decifração das palavras, para depois chegar à compreensão da leitura. Nessa metodologia as cartilhas são utilizadas para orientar os alunos e professores no aprendizado, apresentando um fonema e seu grafema correspondente por vez, evitando confusões auditivas e visuais.

O método sintético é tido pelos críticos como o mais desgastante para as crianças, pois se fundamenta apenas na repetição e distante da realidade social e do conhecimento de mundo do educando, que não gera interesse.

Nessa primeira instituição em que comecei por assim dizer a educação escolar, não tive o aproveitamento satisfatório em função do método aplicado que consistia na repetição, mas com certeza essa forma de ensinar funciona para outras crianças, pois todos nós temos nossas diferenças e aprendemos em tempos diferentes também.

Fiquei cerca de seis meses nessa escola e por não conseguir aprender a ler e escrever minha mãe me tirou de lá e me matriculou na Escola Fabiano de Cristo, fiquei inicialmente apreensivo por pensar que essa outra escola seria igual à última que frequentei, ela era mais distante da nossa casa, minha mãe e minha prima se revezavam para me levar as aulas, pois eu não conseguia ir sozinho.

Nas primeiras aulas já observei que a abordagem da escola e professores era diferente, era uma escola cristã para crianças carentes, não era pública mais não cobravam mensalidade, o que já era bom para minha família, nessa instituição não usamos a cartilha para repetir as letras várias vezes como na anterior, as aulas eram bem dinâmicas com desenhos, pinturas, músicas e outros.

Eram duas professoras em sala de aula e elas se revezavam no atendimento as crianças, aquilo foi me cativando, despertando o meu interesse em estar na escola, participar das atividades e com o tempo consegui aprender a ler e escrever por meio de uma abordagem lúdica, partindo do que prendia a minha atenção.

A criança não pode se reduzir a um par de olhos, de ouvidos e a uma mão que pega o lápis. Ela pensa também a propósito da língua escrita e os componentes conceituais desta aprendizagem precisam ser compreendidos. (FERREIRO, 1986).

Eu gostava muito de desenhar, e por meio do desenho que fazíamos de forma aleatória, ou seja, tinha a liberdade de escolher o que queria mais fazer, nosso criacionismo era bastante estimulado, desenhava primeiro o que gostava e depois dava nome por meio das letras ao desenho, ouvia música e identificava objetos, o nosso contato com as outras crianças era aberto e tudo isso foi contribuindo para que eu conseguisse completar essa fase tão importante em nossas vidas chamada de alfabetização.

A liberdade e autonomia em sala de aula foram muito importantes para que fosse possível o meu conhecimento da leitura e escrita. Os alunos precisam estar constantemente dialogando, expondo suas dúvidas para auxiliar o professor no método mais produtivo e que tenha maior relação com o seu meio social no qual faz parte. A aproximação dos saberes das crianças aos saberes escolares se relaciona com um processo de ensino que pode gerar uma aprendizagem real, a superação da lógica do ensino transmissivo precisa ser superada. (GÓMEZ, 2000).

O trabalho docente nunca é unidirecional, com a participação amistosa dos alunos é possível perceber como eles estão aceitando o ensino proposto pelo professor. O ato de ouvir, dar atenção, dialogar, questionar são atitudes docentes que colaboram com processos de construção do conhecimento pelas próprias crianças. (LIBÂNEO, 1994).

Na voz de Paulo Freire ensinar não é somente transferir conhecimento, mas criar as possibilidades ao outro para a sua própria construção. Aluno e professor participam conjuntamente do processo de ensino-aprendizagem. (FREIRE, 1996).

Ao termino do ano letivo nos mudamos para outro bairro, mas sai da escola Fabiano de Cristo com um grande aprendizado na parte da escrita e leitura, acredito que me ajudou

bastante no meu desenvolvimento motor e cognitivo, estabelecendo maior domínio do lápis, despertou meu interesse por livros, principalmente histórias em quadrinhos, além de ter aprendido também algumas noções de matemática como a tabuada, conhecimentos esses que me ajudaram muito ao adentrar no ambiente escolar da primeira série do ensino fundamental.



Fonte: Foto Formatura Alfabetização Escola Fabiano de Cristo, 1998.

No meu segundo contato com o processo de alfabetização consegui obter o diploma e mais do que isso, adquiri o conhecimento da leitura e escrita, como também acredito que dei um pouco de orgulho a minha mãe, que me conduzia quase diariamente a essa escola.

Devo também o que aprendi ao modelo de ensino que a escola Fabiano de Cristo adotou comigo, segundo Arantes e Barbosa (2017) o lúdico voltado ao educar pode promover grande eficácia em relação da aprendizagem de conteúdo, sem dúvidas é um método que merece importância e pesquisas a seu respeito na Educação Infantil.

O lúdico é uma das maneiras mais eficazes de envolver o aluno nas atividades escolares, pois, a brincadeira é essencial para as crianças, é a sua forma de trabalhar, refletir e descobrir o mundo que a cerca, as técnicas lúdicas fazem com que a criança aprenda com prazer, alegria e entretenimento. (DALLABONA E MENDES, 2004).

Segundo Szymanski (2006), ao trabalhar com o lúdico no aprendizado são valorizadas os brinquedos, jogos, músicas, histórias infantis, e poesias. Para desenvolver uma

representação simbólica nas crianças, é fundamental que a ludicidade faça parte dos processos de aprendizagem.

As histórias, músicas e poesias infantis são ferramentas que proporcionam a ludicidade em sala, fazendo assim com que os alunos dançam, interpretem e cantem, expondo suas capacidades que podem não ser vistas pelo educador em outras aulas.

Segundo Ferreiro (1996) a alfabetização ocorre em um ambiente social, mas as práticas não são recebidas tão passivamente pelas crianças. Podemos entender a importância de considerar a criança como sujeito, como protagonista em seu processo de aprendizagem. O professor precisa estar aberto para aprender e ensinar, se enxergar como sujeito inacabado, adotando postura passiva, considerando o olhar da criança.

É de fundamental importância que crianças possam se expressar de forma lúdica explorando sua criatividade, sonhos, frustrações e fantasias, tudo para ter a oportunidade de aprender e saber lidar com os próprios sentimentos e pensamentos espontaneamente. O lúdico não é somente um entretenimento, passatempo ou apenas brincar pelo brincar, mas é algo que deve ser utilizado como conteúdo, ferramenta e abordagem pelo professor.

O ser humano nasce sem bagagem histórica e social, como um papel em branco, mas a partir do momento em que este entra em contato com outras pessoas, lhe é transmitido informações de forma perceptível e ou imperceptível que vão lhe moldar para estar fazendo parte daquele determinado grupo.

A escola tem nesse ciclo de aprendizagem um papel muito importante, pois a grande parte das pessoas passa muito tempo de suas vidas no ambiente escolar, muitos desde a sua infância, ali adquirindo os conhecimentos técnicos, científicos e até sociais, para saber como viver e interagir na sociedade como um bom cidadão.

A escola sendo um local de encontro entre as mais diversas pessoas com diferentes maneiras de se vestir, de pensar, de se portar, de agir e até mesmo com situações financeiras diferentes nos proporciona o conhecimento de grande parte de nossa cultura. O que posso concluir disso é que o ensino não pode ser aplicado de uma única forma, pois em uma sala de aula há alunos diferentes e que precisam de atenção no seu processo de aprendizagem.

Ao término do ano letivo da alfabetização, comecei minha jornada educacional escolar no ensino fundamental e médio, nos quais não tive dificuldades no campo da leitura e escrita, não reprovei em nenhuma disciplina de todas as séries escolares as quais cursei.

No ano de 2013 entrei nesta universidade por meio do processo seletivo que todos os ingressos fazem, licenciatura em pedagogia não era minha opção de curso mais acabei escolhendo, pois não havia para Manaus o curso que queria, escolhi a pedagogia, pois gosto

do trabalho voltado ao ser humano que ela tem por característica, visto que está forma professores que atuarão nas salas de aula atendendo aos alunos.

Ao ingressar na disciplina de estágio, o grupo acadêmico já precisa ter em mente um objeto de pesquisa para elaborar o TCC-trabalho de conclusão de curso, assim começando nas salas de aula nossa busca por possíveis temáticas, em meio aos diálogos nas aulas a alfabetização surgiu e me proporcionou um regresso ao meu processo de aquisição da leitura e escrita, tornando assim essa temática como objeto dessa pesquisa.

Agora enquanto acadêmico percebo que geralmente os alunos aprendendo ou não, são obrigados a seguir passando de serie, levando consigo suas dificuldades e dúvidas sobre o porquê de ele entre os outros não conseguiu aprender com aquela determinada maneira.

2.2 Vivências e experiências do estágio em pedagogia

Apresento-lhes um pouco sobre a UEA, universidade que me recebeu via vestibular e me proporcionou essa pesquisa acadêmica. A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) foi instituída através do decreto nº 21.666, de 1º de fevereiro de 2001, autorizada pela Lei nº 2.637, de 12 de janeiro de 2001, com a natureza jurídica de fundação pública, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 04.280.196/0001-76.

Como uma instituição pública de ensino, pesquisa e extensão, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, com atuação inicial nas áreas Ciências Sociais, de Tecnologia, Educação, Ciências Humanas Ciências da Saúde, Direito, Administração Pública e Artes.

Integrando a administração indireta do poder executivo, vinculado diretamente ao Governo do Estado Amazonas, com a supervisão da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, dispondo de uma estrutura organizacional com base na gestão em órgãos colegiados de deliberação coletiva, dirigida por um Reitor, com o auxílio de um Vice-Reitor, de Pró-Reitores, de órgãos de assistência e assessoramento e de órgão de órgãos suplementares, nomeados por ato do Poder Executivo.

O credenciamento da UEA, na capital e no interior do Estado do Amazonas se deu pelo Conselho Estadual de Educação (CEE-AM), por meio da Resolução N. 006/01 – CEE-AM, de 17 de janeiro de 2001, e retificada pela Resolução N. 159/02 – CEE/AM, de 03 de dezembro de 2002.

A proposta Pedagógica do Curso de Pedagogia - Licenciatura da Escola Normal Superior, apreciadas pelos Colegiados e Conselhos Superiores, visa cumprir a finalidade

institucional centrada no trinômio: Ensino-Pesquisa-Extensão. Ela aponta estratégias que respondem às necessidades específicas da Amazônia, na perspectiva de melhor qualificar seus recursos humanos para o desenvolvimento de uma ação pedagógica metódica e intencional.

A proposta foi construída a partir do exame das relações sociais, observadas as diversidades etnoculturais e os valores éticos, estéticos e ambientais inerentes aos processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre as diferentes visões de mundo.

A proposta tem como foco das preocupações as relações Crianças, Jovens e Sociedade, sujeitos que devem ser atendidos pela rede de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Estas preocupações são norteadas por concepções pedagógicas que se pautam nas reflexões sobre a realidade das crianças e demandam investigações (Pesquisa) que permitam a compreensão das condições de existência desses sujeitos nos espaços cotidianos (Comunidade) e nas dimensões estruturais (Sociedade), observando as formas como são construídas, por esses sujeitos, as representações (conhecimento), seus valores éticos, estéticos, afetivos e emocionais e culturais.

Dentro do curso de pedagogia está incluso o estágio que promove a interação entre teoria e prática. O estágio é extremamente importante para proporcionar ao estudando o conhecimento e vivencia prática da profissão a qual deseja ingressar, recentemente temos a lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que rege essa fase de experiência por assim dizer.

Quando se fala de estágio, entendemos, segundo Bianchi (2005) o Estágio Supervisionado é uma experiência em que o aluno mostra sua criatividade, independência e caráter. Essa etapa lhe proporciona uma oportunidade para perceber se a sua escolha profissional corresponde com sua aptidão técnica.

O estágio é oferecido nos cursos a partir da segunda metade deles, momento em que os alunos já se encontram bem engajados na parte teórica para assim terem bagagem o suficiente para confrontar com a prática.

Ele é uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Além de ser um importante instrumento de integração entre universidade, escola e comunidade. Lima (2008) sinaliza que a sociedade, com o passar do tempo tem exigido dos professores um desempenho qualificado para conviver com as contradições e os problemas sociais, que se refletem na escola, por esses motivos é relevante à investigação e análise das atividades de Estágio, considerando como um eixo relevante dos cursos de formação de docentes e como espaço próprio para a reflexão.

Assim, a finalidade do estágio é “levar os alunos a uma análise das realidades sobre os quais atuarão, e também servir como fonte de experiências concretas para as discussões sobre as questões de ensino e procedimentos pedagógicos”. (PIMENTA, 2000).

O estágio é “um retrato vivo da prática docente” e, por intermédio dele, os estagiários sentem efetivamente a realidade da educação atual. (PIMENTA; LIMA, 2010).

“Compreender a escola em seu cotidiano é condição para qualquer projeto de intervenção, pois o ato de ensinar requer um trabalho específico e reflexão mais ampla sobre a ação pedagógica que ali se desenvolve”. (PIMENTA, 2000).

Este estágio tem o objetivo de promover a interação e confronto entre a teoria e a prática docente, é uma experiência que serve também como uma projeção ao futuro dos estagiários que em breve estarão na sala de aula.

Esta prática o ajudará a decidir se essa é a profissão que ele quer seguir ou não, pois acredito que para exercer sua profissão de melhor maneira possível é necessário gostar do seu trabalho, o profissional da educação percebe a interação e confronto entre as teorias estudadas e o seu desempenho ou não na prática.

O estagiário percebe as dificuldades da prática docente observando e também quando terá a oportunidade de executar na prática com o plano de ação, esse momento é muito importante para que possamos tentar se ver como professor e ao mesmo tempo se entender como profissional inacabado e que precisa está sempre em busca de novos conhecimentos, sempre revendo suas práticas por análise das teorias educacionais.

Enquanto aluno de alfabetização que fui um dia, vivenciei as dificuldades de aprender, a metodologia utilizada, e até talvez não fosse o meu tempo de aprender, mas o processo repetitivo não funcionou comigo e agora como acadêmico da universidade percebi que os métodos não são perfeitos, seja o lúdico ou tradicional, os dois se completam.

Em 27/08/2019 começou o estágio no segundo semestre de 2019 na Escola Municipal Sagrado Coração de Jesus, no endereço Rua Ferreira Pena, 1285, Bairro: Centro, CEP: 69025-010 na modalidade de Ensino fundamental 1.

A escola possui um quadro de servidores e funcionário da seguinte forma, como veremos a seguir:

FUNCIONÁRIO	HORÁRIO
DIRETOR	1 matutino e vespertino
SECRETARIO	1 matutino e vespertino
PEDAGOGAS	1 matutino e 1 vespertino
PROFESSORES	10 matutino e 10 vespertino

ADMINISTRATIVOS	1 matutino e vespertino
AGENTE DE SAUDE	1 matutino e vespertino
AGENTE DE PORTARIA	1 matutino e vespertino
COORDENADOR BIBLIOTECA	1 matutino e vespertino
COORDENADOR TELECENTRO	1 matutino e vespertino

Fonte: Relatório de Estágio, 2019.

No estágio tive a oportunidade de transitar pelas turmas do segundo e quarto ano, o qual serviu de base para minhas observações, diálogos e uma atividade para verificar o nível alfabético.

Começando pelos alunos 2º ano, tive nessa turma a oportunidade de realizar uma atividade de intervenção juntamente com outros colegas da universidade, fizemos um ditado para verificar o nível alfabético, a professora já havia nos comunicados que nem todas as crianças da sala tinham completo domínio da leitura e escrita.

Sendo assim nosso objetivo foi verificar o nível de alfabetização deles, aplicamos o ditado com todos os alunos que estavam na sala e ao final fizemos nossas anotações sobre o nível alfabético deles, os quais transcrevi em forma de quadro abaixo:

Quadro: Anotação nível alfabético alunos 2º ano.

Aluno	Nível	Observações/Comentários
Aluno 1	alfabético	estabelece uma vinculação mais coerente entre a leitura e escrita, tem distinção entre letra e sílaba, ainda não diferencia palavras com mesmo som como J ou G, escreveu tígolo (tijolo).
Aluno 2	alfabético	estabelece uma vinculação mais coerente entre a leitura e escrita, tem distinção entre letra e sílaba, mas não se preocupa com as margens do caderno.
Aluno 3	silábico alfabético	reconhece as letras e sílabas, escreve como escuta, engole algumas letras, escreveu maderá (madeira).
Aluno 4	silábico	conhece a maioria das letras, escreve como escuta e não reconhece palavras com mesmo som acisti (assisti) e assoprou (assoprou).

Fonte: Relatório de Estágio, 2019.

Identificamos que alguns alunos possuem dificuldade em associar o som à respectiva letra, como mostra a tabela, podendo isso ser o reflexo da alfabetização via método sintético da aprendizagem da leitura e da escrita que se baseava em uma questão mecânica, visando simplesmente decifrar o texto.

Os métodos sintéticos são os métodos que prevê o início da aprendizagem a partir das letras, fonemas ou sílabas, que por meio de diversas junções, estimula os alunos a lerem as palavras, frases e textos. Ou seja, parte-se das unidades menores (letras, fonemas ou sílabas) para passar a analisar unidades maiores (palavras, frases, textos). Entre as problemáticas desse método está o desgastante processo de repetição, o que pode frustrar alguns dos alunos ou até mesmo não despertar o seu interesse, frustração essa que vivenciei quando era aluno na escola em processo alfabetização.

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita. (FERREIRO, 1986).

Ao término da atividade com a turma do 2º ano a professora informou que ajuda essas crianças com dificuldades, as colocando em grupo com os já pleno alfabetizados, para que assim possam avançar nas atividades que a escola precisa fazer. Alegou também que esses alunos já deveriam ter noção completa da leitura e escrita e pede aos pais para os auxiliar nessa parte por meio de aulas de reforço.

Observei em meu estágio com a turma do 4º ano alunos lendo e escrevendo com bastante dificuldade, e até sem saber mesmo, o que já deviam ter domínio, ao perguntar da professora sobre isso, ela informou que para não prejudicar alguns com certas dificuldades, o conselho da escola avançava essas crianças mesmo sem as capacidades necessárias, como as noções das quatro operações matemáticas e também domínio da leitura e escrita.

Ela informou também que em uma sala com 40 alunos é bastante complicado dar atenção de forma individual à determinada criança, pois além de serem muitos alunos os professores tem outras obrigações na escola como fazer relatórios, detalhar o desempenho da turma, lançar notas, provas de avaliação, atender os pais das crianças, cuidar de projetos e ainda sim terem sua vida social.

Os professores das escolas por onde estagiei de forma geral são muito empenhados e gostam realmente do que fazem, gostam das crianças e gostam de tentar ser o mediador do conhecimento, mas nossa realidade de educação pública é outra, há muitos problemas na educação pública, mas aqui um problema em específico seria a grande demanda de alunos, o que dificulta o atendimento de um único professor para todos eles.

Há sempre alunos deixados de lado, pois o conteúdo precisa avançar e esses vão avançando junto com os demais, mesmo sem estarem preparados, eu posso dizer que tive

sorte na segunda escola que fiz minha alfabetização, pois as professoras conseguiram em pouco tempo estimular meu aprendizado, mas com muitas crianças da rede pública por onde estagiei isso não acontece, observei que a escola não faz o acompanhamento desses alunos que tem alguma dificuldade e também não passam a outros professores o histórico de aprendizagem das crianças, ficando assim o novo professor responsável por identificar e remediar esses alunos em um curto espaço de tempo.

Ao conversar com uma das crianças sobre sua leitura e escrita, ele não sabe ao certo o que está acontecendo, pois para ele isso ainda não tem muita importância comparado a estar brincado e se divertindo com seus colegas, só sabe dizer que ainda não aprendeu, mas que a professora e seus colegas o ajudam com algumas atividades e assim ele vai seguindo.

Tive a oportunidade por meio do estágio, caderno de campo e intervenção de estar nas salas de aula por várias vezes, no entanto, mas em muitas destas não foi possível interagir diretamente com os alunos com o foco na alfabetização, visto que a partir do segundo ano do ensino fundamental já está entendido aos professores que os alunos já sabem ler e escrever, não sobrando tempo para verificar se realmente todos possuem de forma plena essas habilidades.

Em 2020 após o término do estágio estava planejando retornar na escola para tentar se aprofundar no meu objeto de estudo, recolhendo falas, questionários, entrevistas e outros, porém fomos surpreendidos pela pandemia do covid-19, ficando as pessoas em isolamento, com escolas fechadas e aulas remotas, impossibilitando minha busca por esse material, ficando para base desta pesquisa, minha narrativa enquanto criança e o evidenciado no estágio, mas deixo aqui meu desejo de que ao retornar como professor a uma sala de aula a continuação desse tema juntamente com os alunos.

Diante de tudo que já foi exposto, dialogado e narrado aqui sobre alfabetização, partiremos agora a fase de considerações e reflexões. Professores são pressionados constantemente a avançar com o conteúdo imposto pela SEDUC e SEMED, além de fazerem relatórios, provas avaliativas, planos de aula e atender aos pais dos alunos, alguns professores chegam a ter dois telefones para a noite o desligar para escapar da cobrança por parte dos pais.

Professores sobrecarregados com relatórios, avaliações, metas e com sala cheia, dificulta demais o acompanhamento a essas crianças, que na maioria das vezes também não tem auxílio por parte dos pais em casa, que precisam ficar o dia todo trabalhando para trazer o sustento da sua família, ficando assim o aluno meio desamparado no seu processo de aprendizagem da leitura e escrita.

O currículo escolar ao longo dos anos foi e continua sendo até os dias de hoje fonte de pesquisa devido ao seu constante processo de transformação, pois a sociedade está mudando constantemente, a sua problemática está voltada principalmente nas falhas que o mesmo possui, pois a educação não pode ser aplicada de forma macro, de forma padronizada.

É importante colocar a criança em situações de aprendizagem, em que ela possa utilizar suas próprias elaborações sobre a linguagem, sem que se exija dela ainda o domínio das técnicas e convenções da norma culta. (BOCK, 2008).

Os autores por meio de suas pesquisas identificaram que o currículo foi pensando de forma a favorecer a classe dominante e desde então, vem sendo travada uma constante crítica a esse modelo, para estimular em nós futuros professores e na sociedade a vontade de melhorar nossa educação e atender a todos os alunos de forma justa e com qualidade, partindo do contexto social, étnico e histórico de cada região onde houver práticas educacionais.

A herança bibliográfica dos autores tem um papel muito importante e relevante na educação e por meio desse material, temos o apoio para nos auxiliar nessa problemática que envolve o currículo, por meio das pesquisas e estudos dos autores que visaram avaliar as chances das crianças de diferentes classes sociais vencerem as diversas barreiras do sistema escolar.

Os autores questionaram o caráter elitista da educação e orientaram suas pesquisas para a formulação de políticas governamentais que possam favorecer a todos. Fazendo com que o ambiente escolar assuma uma função desmistificadora, problematizando categorias como currículo, conhecimento, inteligência, habilidade, ensino, metodologia e avaliação, enquanto as políticas anteriores enfatizavam relações como um todo.

O que se pretendia era que fosse relevante para o professor e que tornasse mais consciente dos pressupostos éticos e epistemológicos de sua prática. A preocupação com os fatores macroestruturais precisa ser colocada em segundo plano, enquanto o foco nos aspectos do nível micro de interação precisa ser intensificados.

Fica-nos também claro o desejo de um currículo sem hierarquia com uma maior colaboração entre professor e aluno, bem como uma avaliação mais justa e democrática, considerando o fator social, econômico, cultural e étnico das crianças nesse processo.

A postura crítica proporciona ao profissional da educação, a análise dos fatores exteriores a sala de aula, enxergando a realidade social dos alunos e elaborando assim, os métodos ou condições para o que o conhecimento possa ser mediado de maneira que possa estimular neles a compreensão do seu contexto social e ao mesmo tempo a vontade de

mudança de sua realidade, mais do que o saber socialmente a ser dominado, abrindo-se para experiências que permitissem ao aluno compreender o seu próprio mundo. (GREENE, 1977).

Por meio do conhecimento produzido e ensinado, estimula-se o desenvolvimento de uma autonomia crítica, em termos de gênero, na construção de visões sobre si, as outras pessoas e o mundo. (VIEIRA; ALVAREZ; FERRO, 2017).

Mais do que criticar a maneira de ensinar, estimular o desejo de mudança social das classes menos favorecidas, expondo os problemas da sociedade e da educação, nos tornando sujeito ativo nesse processo e capazes de promover para melhor a nossa qualidade de vida.

A função primordial da escola seria, para grande parte dos educadores, proporcionar aos alunos caminhos para que eles aprendam, de forma consciente, os mecanismos de apropriação de conhecimentos. Assim como a de possibilitar que os alunos atuem, criticamente em seu espaço social. Essa também é a nossa perspectiva de trabalho, pois, uma escola transformadora é a que está consciente de seu papel político na luta contra as desigualdades sociais e assumem a responsabilidade de um ensino eficiente para capacitar seus alunos na conquista da participação cultural e na reivindicação social. (SOARES, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que é importante encontrar os erros no caminho educacional, considerar que cada indivíduo é único no mundo também é um fator crucial, mas resolver os problemas, as barreiras que impedem o aprender são de extrema importância, pois assim toda a teoria que aprendemos sobre o processo de aprendizagem estará sendo utilizado na prática, saindo dos livros, do material de pesquisa para promover a integração da criança com a alfabetização, com as letras do seu idioma, se tornando um cidadão conhecedor de sua sociedade, de tudo que está escrito.

Devemos como futuros profissionais da educação ser de fato uma ponte entre o aluno e o conhecimento, não trata-lo como um mero receptor, desconsiderando seu contexto social e sua bagagem histórica, mas sim o receber de braços abertos lhe proporcionando mesmo que por um curto espaço de tempo o prazer de ler e escrever, que quando se aprende, pelo menos pra mim, foi libertador como se tivesse saído um peso de minhas costas mediante as cobranças que recebi no meu contato inicial com a alfabetização como aluno.

Diante de tudo que foi discorrido aqui, ao sairmos da Universidade não podemos nos esquecer das teorias da aprendizagem, não podemos nos esquecer de nos avaliarmos enquanto educadores, não podemos nos esquecer de olhar o contexto social juntamente com as dificuldades que cada aluno possa apresentar, não podemos depois de quatro anos e meio sair da faculdade para sermos reprodutores de métodos de ensino que frustram nossas crianças, podemos e temos conhecimento ao longo do curso e após ele para sermos profissionais de excelência em ensino.

Para que não aconteça com outras crianças o que aconteceu no meu processo de alfabetização, ao se deparar com alunos com dificuldade, não culpar a criança e também não se culpar, parar e refletir que talvez o método utilizado não é o mais adequado no momento, podendo sempre ser repensado.

Não devemos ser reprodutores de um modelo de aprendizagem engessado, pronto e inalterável no qual mesmo se uma criança não conseguir aprender ela é empurrada para a série da frente, mas sim quando se depararmos com essas adversidades na sala de aula, possamos parar e lembrar que um dia fomos crianças e tivemos algum tipo de dificuldade para aprender e que agora adultos graduados letrados temos plena condição de fazer nosso trabalho da melhor maneira possível, mesmo que seja preciso se desfazer de seu método e abordagem por causa de uma única criança, ainda assim vale a pena, é mais do que exercer empatia, ser professor(a) é um ato de amor ao próximo.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores Reflexivos numa Escola Reflexiva**. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2004.

ARANTES, Adriana Rocha Vilela; BARBOSA, Jéssica Thaynara da Silva. O Lúdico na Educação Infantil. **Revista online De Magistro de Filosofia**, Ano X, no. 21, 1º. Semestre de 2017.

BIANCHI, A. C. M., et al. **Orientações para o Estágio em Licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiências**. Revista Brasileira de Educação. n.19, 2002.

BOURDIEU. **Esboço para autoanálise**. Paris: Razões para Ação, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN** (Lei nº 9.394/96). Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 13 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005**. Brasília, 16 de maio de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11114.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.114%2C%20DE%2016%20DE%20MAIO%20DE%202005.&text=Altera%20os%20arts.,aos%20seis%20anos%20de%20idade.>. Acesso em 13 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

BRASIL. Planalto. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm>. Acesso em 12 out. 2022.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Brasília, 10 de março de 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: 01 jul. 2022.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Estágio. Brasília, 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm>. Acesso em: 01 out. 2022.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013**. Brasília, 24 de abril de 2013. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12801.htm>. Acesso em: 01 jul. 2022.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm>. Acesso em: 01 jul. 2022.

- BRASLAVSKY, B. P. **Problemas e métodos no ensino da leitura**. São Paulo: Melhoramentos/Ed. da USP, 1971.
- BRUNER, J. **Atos de significação**. 2. ed. Trad. Sandra Costa. São Paulo: Artmed, 2002.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o ba-be-bi-bo-bu**. Ed. Scipione. São Paulo. 1998.
- CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Investigação narrativa: experiência e história na pesquisa qualitativa**. São Francisco: Jossey Bass, 2000.
- DALLABONA, S. & MENDES, S. O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar. **Revista de divulgação técnico científica do ICPG**. Vol. 1 nº4. Janeiro-Março/2004, pp.107-112.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- FERREIRO, Emília. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à prática educativa**: Paz e Terra, 1996.
- GADAMER, Hans Georg. **Verdade e método I: traços fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica**. Trad. Flávio P. Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GÓMEZ, A. I. P. A aprendizagem escolar: da didática operatória à reconstrução da cultura na sala de aula. In: SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de Vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2007.
- JOVCHELOVITCH S, BAUER MW. Entrevista Narrativa. In: Bauer MW, Gaskell G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes; 2002.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LIMA, M. S. L. Reflexões sobre o estágio/prática de ensino na formação de professores. **Rev. Diálogo Educ**. Curitiba, v. 8, n. 23, p. 195-205, jan./abr. 2008.
- MACHADO, L.R.S. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v. 1, nº 1, 2008.
- MOITA, Maria da conceição. Percursos de formação e de transformação In NÓVOA, António (org.). **Vidas de Professores**. Portugal: Porto editora, 1995, 2ª ed.

MORTATTI, M. do R.L. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo - 1876/1994. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

MORTATTI, M. R. L. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: **SEMINÁRIO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM DEBATE-MEC/SEB**, 2006, Brasília (DF). Conferência... Brasília (DF): MEC/SEB, 2006. p.1-14.

PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. “O lugar da memória e a memória do lugar na formação de professores: a reinvenção da escola como uma comunidade investigativa”. **Anais da XXVI Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação**. Caxambu, 2003.

PIAGET, J. A Linguagem e o pensamento da criança. Trad. Manuel Campos. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PIMENTA, Selma. Saberes pedagógicos e atividade docente. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PIMENTA. S. G.; LIMA. M. S. L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2010. 5º ed.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (Coord.). Educação para Jovens e Adultos. Ensino Fundamental – propostas curriculares para 1º segmento. São Paulo: Ação Educativa Brasileira/MEC, 2001.

SOARES, Magda. **Letramento**: tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SZYMANSKI, Maria Lídia Sica; PEREIRA Júnior, Antonio Alexandre (Org.). **Diagnóstico e intervenção psicopedagógica**: reflexões sobre relatos e experiências. Cascavel: Edunioeste, 2006.

TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Escola Normal Superior**. Amazonas: UEA, 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. **Relatório de estágio II e Caderno de campo do Curso de Pedagogia da Escola Normal Superior aluno Danilo Gomez Barbosa**. Amazonas: UEA, 2019.

VELLOSO, Jacques. **Políticas do MEC e recursos para o ensino no governo Collor**. Educação & Sociedade, n. 42, p. 256-267, ago. 1992.

VIEIRA, Cristina C., ALVAREZ, Maria Teresa e FERRO, Maria Jorge. Questões de gênero e cidadania: reflexões breves sobre o poder emancipatório da educação. In **Diálogos Freirianos**. A educação e formação de jovens e de adultos em Portugal e no Brasil, editado por Luís Alcoforado, Márcia Regina Barbosa, e Denise Aparecida Brito Barreto. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. Martins Fontes, São Paulo, 1984.